
ANEXO VI

DIRETRIZES PARA
LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Consulta Pública
Concorrência SETOP ____/2013

SUMÁRIO

1.	REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL DO EMPREENDIMENTO	2
1.1.	NOÇÕES GERAIS DO FUNCIONAMENTO DO SISEMA	2
1.2.	ETAPAS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	4
2.	SITUAÇÃO AMBIENTAL DO ARZM:	6

1. REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL DO EMPREENDIMENTO

1.1 Apresenta-se neste documento aspectos relacionados à regularização ambiental do AEROPORTO REGIONAL DA ZONA DA MATA. Para tal, é apresentado primeiramente um levantamento de informações sobre o processo de Licenciamento Ambiental Estadual e o arcabouço legal que embasa sua condução.

1.1. Noções gerais do funcionamento do SISEMA

A atual configuração do Sistema Estadual de Meio Ambiente – SISEMA foi instituída pela Lei Estadual Delegada nº. 125, de 2007, tem com finalidade regionalizar as medidas emanadas do SISNAMA, por meio da articulação coordenada do órgão e das entidades que o integram, quais sejam: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD; Fundação Estadual de Meio Ambiente – FEAM; Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM; Instituto Estadual de Florestas – IEF; Núcleos de Gestão Ambiental – NGAs das Secretarias de Estado de Minas Gerais e integrantes do COPAM (Conselho Estadual de Política Ambiental); Polícia Ambiental de Minas Gerais.

A estrutura foi modificada pela Lei Delegada 180/2011 e pelo Decreto Lei 45824/2011, permanecendo as mesmas estruturas principais acima descritas, porém modificando algumas estruturas orgânicas, finalidades e competências.

Cabe ressaltar que a estrutura se baseia nas agendas marrom, verde e azul, com os órgãos FEAM, IEF e IGAM que as que executam, respectivamente e, cabe ao COPAM deliberar sobre as diretrizes, políticas, normas regulamentares e técnicas, padrões e outras medidas de caráter operacional, para preservação e conservação do meio ambiente e dos recursos ambientais, bem como sobre a sua aplicação pela SEMAD, pelas entidades a ela vinculadas e pelos demais órgãos locais. Além disto, conforme a política de regionalização do COPAM, foram instituídas as Unidades Regionais Colegiadas (URCs) que atuam no mesmo âmbito territorial que SUPRAMs, descentralizando o trabalho do COPAM no Estado de Minas Gerais.

Os procedimentos para o Licenciamento Ambiental Estadual estão embasados na legislação federal, destacando a Resolução CONAMA 237/1997, que regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente, destacando a forma de licenciamento em três fases (Licença Prévia – LP, Licença de Instalação – LI e Licença de Operação – LO).

Na esfera estadual, há a Deliberação Normativa COPAM nº. 74 de 09/09/2004 (DN74/2004) e suas atualizações, que estabelecem, para cada tipo de atividade, critérios para classificação, segundo o porte e potencial poluidor, de empreendimentos e atividades modificadoras do meio ambiente passíveis de autorização ambiental ou de licenciamento ambiental no nível estadual, determina normas para indenização dos custos de análise de pedidos de autorização ambiental e de licenciamento ambiental, e dá outras providências.

Em resumo, a DN 74/2004 divide os empreendimentos conforme porte e potencial poluidor em 6 tipos básicos:

- Classe 1 - pequeno porte e pequeno ou médio potencial poluidor
- Classe 2 - médio porte e pequeno potencial poluidor
- Classe 3 - pequeno porte e grande potencial poluidor ou médio porte e médio potencial poluidor
- Classe 4 - grande porte e pequeno potencial poluidor
- Classe 5 - grande porte e médio potencial poluidor ou médio porte e grande potencial poluidor
- Classe 6 - grande porte e grande potencial poluidor

Para os empreendimentos classes 1 e 2, considerados de impacto ambiental não significativo, é obrigatória a obtenção da Autorização Ambiental de Funcionamento (AAF), um processo mais simples e rápido para a regularização. Estes empreendimentos estão dispensados do licenciamento ambiental e devem, obrigatoriamente, requerer a AAF.

Para as demais classes (3 a 6), o caminho para a regularização ambiental é o processo de licenciamento, com o requerimento das licenças Prévia (LP), de Instalação (LI) e de Operação (LO).

A DN 74/2004 prevê outros tipos de licenças existentes, como as licenças Prévia + Implantação (LP+LI) concomitantes, inicialmente somente para empreendimentos classes 3 e 4, Licença de Implantação Corretiva (LIC) e Licença de Operação Corretiva (LOC) que são concebidas quando um empreendimento já está implantado e/ou operando e entram com o processo de licenciamento para a sua regularização.

A regularização ambiental de um empreendimento não termina, entretanto, com a obtenção da Licença de Operação (LO) ou da AAF. O fato de ter obtido um ou outro desses diplomas legais não termina a responsabilidade sobre a questão ambiental do empreendimento, mas a manutenção da regularidade ambiental pressupõe o cumprimento permanente de diversas exigências legais e normativas, explícitas ou implícitas na licença ambiental ou na AAF.

Além disso, as AAF e Licenças possuem validade e estão sujeitas a avaliação periódica e, caso se configurem não conformidades em relação às normas legais, a AAF estará sujeita ao cancelamento.

1.2. Etapas de Licenciamento Ambiental

As etapas de licenciamento ambiental hoje em vigor regulamentadas pela Deliberação Normativa 74/2004 e atualizações podem ser resumidas nos itens a seguir, de forma cronológica:

- Preenchimento e assinatura do responsável legal do Formulário Integrado de Caracterização do Empreendimento (FCE). Este formulário contempla características gerais sobre o empreendimento, como localização, área construída, descrição da atividade a ser desenvolvida, tipos de efluentes a serem gerados, e sobre o terreno, tais como existência de nascentes, de remanescentes florestais e de processos erosivos, dentre outros considerados relevantes para a identificação dos possíveis impactos que deverão ser analisados;

- Fornecimento pelo Sistema Integrado de Informação Ambiental – SIAM, por meio da SUPRAM, do Formulário Integrado de Orientação Básica (FOBI), listando a documentação necessária para a formalização do processo. São documentos de natureza jurídica e técnica, a serem elaborado de acordo com termos de referência de cada atividade econômica, em princípio. Importante ressaltar que os outros órgãos que compõem o sistema, como o IEF e IGAM, podem se pronunciar caso o empreendimento tenha algum impacto sobre a vegetação ou sobre o meio hídrico, respectivamente.
- Formulação e ajuntamento de documentações pelo empreendedor da documentação solicitada.
- Recolhimento de taxa prevista para o processo de análise do empreendimento por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE);
- Requerimento da licença ambiental pelo empreendedor, acompanhado de todos os documentos relacionados no FOBI;
- Publicação do requerimento de Licença, pelo empreendedor, em jornal de grande circulação no município conforme modelo constante em deliberação normativa;
- Sempre que forem formalizados processos de licenciamento com EIA/RIMA, o órgão ambiental publicará Edital de Abertura de Prazo para audiências públicas para conhecimento e participação das comunidades, conforme DN 12/1994);
- A documentação do processo é analisada pelo SISEMA e o local do empreendimento pode ser vistoriado. Eventuais esclarecimentos e complementações de documentos e projetos pelo órgão ambiental podem ser realizados nesta etapa.
- A SUPRAM emite o parecer técnico e jurídico (ou senão um parecer único, conforme o caso), que é revisto e aprovado pelo gerente e diretor da área técnica e encaminhado para a Procuradoria Jurídica. O processo de licenciamento é concluído e encaminhado para julgamento pelo COPAM;
- O processo do empreendimento entra na pauta do COPAM da URC do empreendimento e, na reunião do Conselho, o pedido de licença poderá ser deferido, deferido com condicionantes ambientais ou indeferido.
- Em seguida, dá-se a publicidade em jornal de grande circulação da decisão.

2. SITUAÇÃO AMBIENTAL DO ARZM:

A licença de operação (LO) do AEROPORTO REGIONAL DA ZONA DA MATA foi concedida no dia 23/08/2013, após a conclusão de todas as etapas descritas no item anterior. Diante disso, a CONCESSIONÁRIA será responsável pela manutenção da licença, observando as orientações e diretrizes da legislação ambiental.

3. LICENCIAMENTO DE OBRAS FUTURAS:

Quando autorizadas a realização das intervenções condicionadas, conforme Anexo III do Edital – PLANO E EXPLORAÇÃO DO AEROPORTO, a CONCESSIONÁRIA deverá providenciar o licenciamento necessário.